

FERNANDO MANOEL FONTES DIÉGUES*
Vice-Almirante (RRm)

SUMÁRIO

- Características e dimensões
- A vontade dos terroristas
- A matriz do terrorismo árabe
 - A deserção das elites árabes*
 - A recusa da globalização*
 - O fermento religioso*
- Uma descontinuidade e duas linhas de evolução

1 N.R.: O texto foi extraído de palestra proferida no painel "Implicações para o Brasil no campo estratégico-militar, em decorrência do ato terrorista ocorrido nos Estados Unidos no dia 11 de setembro." Conferência realizada na Escola de Guerra Naval, em novembro de 2001.

2 N.R.: Ver também *O terrorismo na atualidade e As FFAA e o terrorismo*, ambos publicados na RMB 3º trim/2002, pp. 133 e 139, respectivamente.

* N.R.: O Almirante Diéguas, ao longo de sua carreira, exerceu importantes cargos, dentre os quais destacam-se o de comandante do Navio de Apoio Oceanográfico *Barão de Tefé*, secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, diretor da Escola de Guerra Naval, diretor de Hidrografia e Navegação e comandante do 5º Distrito Naval. Após passar para a reserva, foi ainda designado conselheiro militar da Delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, em Genebra. Possui todos os cursos de carreira da Marinha do Brasil e o Curso Superior das Forças Armadas do Ministério de Defesa da França.

CARACTERÍSTICAS E DIMENSÕES

Normalmente, quando nos propomos a examinar a natureza de um fato, convém antes de mais nada descrevê-lo. Não creio que isso seja preciso no presente caso. Estou certo de que todos viram repetidamente na TV as cenas do ato terrorista de 11 de setembro de 2001.

Era essa, aliás, uma das intenções dos terroristas: dar visibilidade ao ato e, dessa forma, ampliar o impacto psicológico provocado pela destruição dos edifícios.

A ocorrência de atos terroristas não é novidade, mas uma das características específicas do ato do dia 11 de setembro foi o ineditismo do modo de

execução: quatro aviões seqüestrados quase ao mesmo tempo, lançados contra dois pilares plenos de simbolismo do poder americano: o Pentágono e as torres gêmeas do World Trade Center.

As proporções catastróficas do atentado foram incomuns. Mais de 5 mil cidadãos americanos morreram ou foram dados como desaparecidos. Desde o Vietnã, as mortes de americanos em conflitos haviam sido inexistentes, como no Kosovo, ou relativamente reduzidas: 19 em Granada, 23 no Panamá, 43 na Somália, 148 militares em uma guerra mais demorada e exigente como a do Golfo.

No que diz respeito aos danos materiais, um relatório da ONU calculou em mais de 100 bilhões de dólares o valor dos prejuízos.

Na economia, uma estimativa recente do Departamento de Comércio dos Estados Unidos informou que, em lugar de sofrer uma retração de 0,4%, o PIB do

país poderia ter crescido 0,8% no terceiro trimestre deste ano se não fosse o atentado terrorista.

O povo e o Governo americanos não imaginavam – ou preferiam não imaginar – que aquele tipo de atrocidade pudesse acontecer no solo do país. O atentado revelou que o território americano não era invulnerável. O poder político, econômico e militar dos Estados Unidos – seu *status* como única superpotência – não foi capaz de prevenir o ato, de evitar que a disfunção entre poder e segurança, mormente se pretende que esta seja absoluta, se mostrasse à luz do dia.

O atentado esnobou o bom senso convencional, a expectativa do comportamento racional que se costuma associar à idéia de dissuasão. Não se inibiu com a perspectiva da represália, como nos “bons tempos” da bipolaridade, da Guerra Fria, quando os dois grandes se abstinham do recurso do ataque direto um ao outro.

O próprio suicídio dos terroristas comprova, de certo modo, essa indiferença à represália. Se já se considera a morte, de forma consciente e irredutível, um ônus aceitável – já não digo um risco, porque o risco envolve a probabilidade de ocorrência do dano – por que se haveria de temer qualquer tipo de desforra?

As reverberações do ato terrorista não acabaram. Pode-se supor que se a tragédia do dia 11 de setembro fosse obra de um terremoto ou de um ciclone, não causaria tanta incerteza, tanto nervosismo e comoção. Lamentar-se-iam os mortos e tratar-se-ia de reconstruir o que havia sido tão brutalmente destruído.

Por trás das mortes e dos edifícios desabados se posicionava uma vontade, havia uma intencionalidade. Difusa, imperscrutável, que não se expunha integralmente

No entanto, o desastre foi deliberadamente produzido. Por trás das mortes e dos edifícios desabados se posicionava uma vontade, havia uma intencionalidade.

Mas uma intencionalidade – e aí se situa o fulcro da questão – difusa, imperscrutável, que não se expunha integralmente.

O atentado não teve um objetivo convencional, como a conquista de uma posição estratégica ou de um território, a destruição da esquadra ou do exército de um inimigo. Pode ter recebido apoio, mas não foi perpetrado diretamente por um Estado, um inimigo visível, logo identificável.

Não se sabe, também, até quando o medo de novos ataques terroristas irá se

prolongar. Uma pesquisa patrocinada pela revista *Newsweek*, em meados de 2002, dizia que 79% dos americanos esperavam novos atentados. As autoridades federais alertam sobre a possibilidade ou a iminência de novas investidas.

Não se pode ter idéia de quando o pesadelo vai terminar. Pior ainda: não se pode garantir que os terroristas não tencionem prosseguir em uma escalada com ataques biológicos mais letais ou, até mesmo – quem sabe? – com o uso de artefatos nucleares.

A sensação de segurança se dissipa. Não sem razão, Donald Rumsfeld, secretário de Defesa americano, declarou, em um artigo no *Washington Post*, que se estava entrando em um novo e perigoso período, no qual “a histórica invulnerabilidade dos Estados Unidos foi substituída por uma nova era de vulnerabilidade: uma era na qual novos inimigos atacam nossas cidades e nosso povo de formas até então desconhe-

cidas e surpreendentes; uma na qual mais e mais adversários possuem armas de alcance e poder crescentes – armas que os tornarão capazes de trazer a guerra para o território americano”.

Nada seria mais pertinente, enfim, do que destacar que o atentado do dia 11 de setembro introduz novas dimensões e, ao introduzi-las, ignora os padrões convencionais, subverte os modos de ação até então concebíveis no “ato de violência”, como disse Clausewitz, “destinado a *constranger o adversário a executar nossa vontade*”.

Não se insere no quadro tradicional da violência política derivada de impasses, de antagonismos bem definidos, emergentes entre Estados ou nações. Não emplaca um projeto ou um objetivo político preciso, cujo sentido pudesse ser claramente discernível.

Por isso mesmo, um dos pensadores franceses mais festejados da atualidade, Jean Baudrillard, não hesitou em chamá-lo de um “acontecimento transpolítico”. Um acontecimento insubmisso ao crivo da razão política, enraizado em um antagonismo que não se confunde com aqueles dos quais os conflitos políticos clássicos se originam.

A “VONTADE” DOS TERRORISTAS

Mas qual seria, afinal, essa “vontade” determinante do “ato de violência” terrorista?

Alguns pontos do pronunciamento de Osama Bin Laden na TV Aljazeera, no dia 7 de outubro de 2001, logo após o início dos ataques americanos no Afeganistão, podem dar uma pista dessa “vontade”.

O atentado do dia 11 de setembro introduz novas dimensões e, ao introduzi-las, ignora os padrões convencionais, subverte os modos de ação até então concebíveis no “ato de violência”

Bin Laden não diz que é responsável ou que tem relação com o atentado, mas agradece a Deus que ele tenha acontecido.

Um dos pontos que se destaca no pronunciamento é o sentimento de frustração. Diz Bin Laden:

"... a nação islâmica tem experimentado medo, ódio e injustiça durante anos. Milhões de crianças estão sendo mortas no Iraque e na Palestina, e não ouvimos uma palavra dos infiéis. Não ouvimos uma voz se levantar."

Em outro trecho do discurso, Bin Laden se aproxima do que se poderia considerar um argumento político clássico, voltado para objetivos mais definidos, quando denuncia a situação reinante na Palestina, no Iraque e na Arábia Saudita:

"... os americanos ... nunca terão paz, a não ser que deixem os muçulmanos – e em particular os palestinos – em paz. Os Estados Unidos tiveram o que mereceram por seu apoio a Israel e às sanções ao Iraque. Nunca terão segurança, a não ser que se retirem dos lugares muçulmanos sagrados (na Arábia Saudita)."

Lança, finalmente, um apelo à "jihad", à guerra santa:

"Deus pediu a um grupo de muçulmanos de vanguarda para destruir os Estados Unidos. ... Todo muçulmano deve se erguer para defender sua religião. Os acontecimentos [refere-se ao atentado de 11 de setembro] dividem o mundo em dois campos – o da fé e o da incredulidade."

Como se explica de onde vem, então, esse forte sentimento de hostilidade, não diria exatamente aos Estados Unidos, mas em boa parte ao que eles representam? Um ódio estranho às linhas normais da

racionalidade e do comportamento político, mesmo quando esse comportamento se caracteriza pelo recurso à violência?

A MATRIZ DO TERRORISMO ÁRABE

Não creio que ele possa ser explicado como sendo o resultado de umas poucas causas simples e discretas; como se os atos humanos fossem o efeito direto e linear, quase mecânico, de certas causas. Melhor seria dizer que esse ódio vem de uma matriz complexa, diversificada, de fatos e fenômenos políticos, econômicos e culturais que, embora com raízes mais distantes, sacudiram o mundo árabe nos últimos 30 anos.

Não cabe aqui um exame profundo dessa matriz, mas podemos iluminar três de suas vertentes que me parecem ser as mais expressivas.

A deserção das elites árabes

A primeira vertente é a do que chamei "a deserção das elites árabes". Tomo como exemplo a Arábia Saudita, país de onde são originários, conforme informado pelo Governo americano, 15 dos 19 seqüestradores dos aviões.

A família real Al Saud governa a Arábia Saudita. Detém 40% do PIB do país. Em lugar, contudo, de serem aproveitados em investimentos socialmente produtivos, os recursos obtidos com o petróleo foram desperdiçados. O aumento dos preços do petróleo, desde a crise de 1973, produziu uma classe de ricos, superficialmente ocidentalizada, alvo da desconfiança e de suspeitas do resto do mundo árabe.

O esbanjamento de recursos é uma constante. Tem-se notícia, por exemplo, de um

Deus pediu a um grupo de muçulmanos de vanguarda para destruir os Estados Unidos. Todo muçulmano deve se erguer para defender sua religião

príncipe saudita, de 25 anos, que mandou construir um palácio de 300 milhões de dólares nos arredores de Riad.

A riqueza e o poder proporcionados pelo petróleo tornaram, com o passar do tempo, o Governo saudita mais repressivo. Na Arábia Saudita, assim como nos demais países do mundo árabe, com exceção do Marrocos, da Jordânia e do Kuwait, onde ela é parcial, não existe liberdade de imprensa.

Em uma escala indo de 1 a 7, preparada pela instituição Freedom House, que monitora as liberdades civis no mundo, e onde o 1 corresponde ao nível mais alto, a Arábia Saudita, assim como a Líbia, a Síria e o Iraque, estão no nível mais baixo, o 7, de liberdades civis.

Sujeita a um regime autocrático, visto como corrupto e distante do povo, a sociedade saudita tornou-se, como diz um estudioso do mundo árabe (Farid Zaccaria), uma “gaiola dourada”. Dentro dela: ressentimentos, amargura e jovens descontentes. Alguns foram para o Afeganistão. Outros se suicidaram no dia 11 de setembro.

Convém notar – e aqui se situa o ponto sensível em relação aos Estados Unidos – que, apesar de seu comportamento ambíguo, a Arábia Saudita é um aliado próximo daquele país. Uma aliança baseada em uma espécie de acordo: os sauditas fornecem petróleo e os americanos, assim como outros países ocidentais, as armas que protegem o petróleo. A Arábia Saudita é o maior importador mundial de armas (US\$ 10,8 bilhões em 1998, e US\$ 6,1 bilhões em 1999).

Diz o mesmo estudioso a que acima me referi: muitos americanos acham que os árabes deviam ser gratos aos Estados Unidos por terem vindo em socorro, na Guerra do Golfo, do Kuwait e da Arábia Saudita. Mas a maior parte dos árabes acha que os americanos salvaram as famílias reais do Kuwait e da Arábia Saudita. Famílias de onde saem os governantes que toleram a presença de sol-

dados estrangeiros no solo do país onde estão as cidades sagradas de Medina e Meca.

A recusa da globalização

A segunda vertente diz respeito aos impactos econômicos e psicossociais da globalização ou, se preferirem, da modernização nos países árabes.

Não é novidade para ninguém – o FMI e o Banco Mundial confirmam o fato – que as disparidades de renda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, assim como dentro deles mesmos, desenvolvidos ou não, só alargaram no decorrer das três últimas décadas.

O mundo árabe não ficou fora desse processo cujos efeitos negativos só se projetam no campo psicossocial. A globalização trouxe mais coisas para uma parte da população comprar, enquanto a outra teria de contentar-se em observar.

A modernização turbinada pela internacionalização dos mercados e da produção representou um desafio – fenômeno que os sociólogos dedicados ao estudo da resistência às mudanças explicam muito bem – às crenças, aos costumes e aos valores tradicionais do mundo árabe.

Importaram-se bens e serviços – os carros de último tipo, os centros comerciais, os “McDonalds” – mas não se tratou de criar as condições para o efetivo avanço na direção de uma sociedade moderna. O mundo árabe abriu-se à modernização, mas não foi capaz de internalizá-la, de gerenciá-la adequadamente. Importou os aparelhos, as quinquilharias, mas não assimilou a mentalidade, as mudanças na vida social associadas à modernização.

Um exemplo: ao invés de investirem na valorização e na capacitação profissional dos naturais de seus países, os Estados do Golfo preferiram importar trabalhadores com as qualificações que precisavam.

A persistência do descompasso entre o progresso econômico posticho e a cultura tradicional teria de provocar fraturas, introduzir desequilíbrios e tensões nas estruturas psicológica e social dos países árabes.

Mas não é só. Deve-se considerar, ainda, como fator estimulante dessas tensões, a situação demográfica.

Na grande maioria dos países árabes, o contingente de jovens com menos de 25 anos de idade corresponde a mais de 50% da população. Passa dos 60% na Arábia Saudita, no Iêmen, em Omã, no Iraque, na Síria e na Jordânia. Uma população jovem em crescimento, irrequieta e insatisfeita, sentindo-se abandonada, dividida entre os apelos da modernidade e os da tradição religiosa.

Os desajustes sociais suscitados pela modernização, ou, se preferirmos olhar por outro ângulo, que ela não conseguiu impedir que progredissem, confundem-se, enfim, na mente muçulmana, com a ocidentalização.

Ora, os Estados Unidos estão no centro do mundo globalizado. Um mundo visto como possessivo e sufocante. Ameaçador. As palavras de um professor universitário árabe, em réplica à colocação de um jornalista, refletem com clareza essa visão. Diz ele: "Somos herdeiros de uma das grandes civilizações do mundo. Não podemos aceitar nos transformarmos em favelas do Ocidente."

Não creio que esteja longe da verdade afirmando que aquele sentimento de hostilidade, o ódio de que falei mais atrás, seja

uma forma de expressão do medo de perda da identidade, uma recusa à aniquilação em um mundo em marcha forçada, mas nem por isso menos desordenada, para a uniformização. Uma rejeição, pouco importa se consciente ou instintiva, da globalização.

O fermento religioso

Mas – pode-se argumentar – existem outras formas de contestação, além de alternativas reformistas, passíveis de darem um senti-

do justo e equilibrado à globalização, domesticá-la, universalizar seus benefícios. As manifestações por ocasião da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, ou contra o G-8, em Gênova, não incluíram o seqüestro de aviões e seu emprego em atentados suicidas ...

Aqui, entra um outro ingrediente, a terceira vertente da matriz: o fermento ideológico de base religiosa; de uma concepção simplista, fundamentalista e radical do Islã.

Para esse fundamentalismo, a atividade política só pode ser legítima quando exercida de maneira virtuosa, ou seja, rigorosamente de acordo com os princípios islâmicos. No Islã, não se chegou a consumir, como aconteceu no Ocidente, a separação entre política e religião. Por isso mesmo, um dos ministérios do Governo talibã é o da Promoção da Virtude e Prevenção do Vício.

Para esse fundamentalismo, os textos religiosos devem ser seguidos literalmente e os mandamentos de Alá obedecidos sem

A globalização trouxe mais coisas para uma parte da população comprar, enquanto a outra teria de contentar-se em observar. As disparidades de renda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, assim como dentro deles mesmos, desenvolvidos ou não, só alargaram no decorrer das três últimas décadas

qualquer tipo de redução. Todas as instituições da vida civil e todas as atividades humanas devem estar subordinadas à lei divina, como revelada no Alcorão.

Nessa atmosfera de verdade absoluta, incontestável, não há lugar para a dúvida ou a divergência. Querer interpretar a lei é correr o risco de desviar-se do que está escrito no Alcorão. A tentativa pode levar ao erro, e o erro leva inevitavelmente à danação.

Se um sofrimento interminável espera após a morte aqueles que desobedecem à lei de Alá, só resta ao crente submeter-se de forma estrita aos preceitos estabelecidos no Alcorão.

E, além disso – e esse ponto é essencial na explicação do proselitismo fundamentalista –, o crente deve incentivar os outros a fazer o mesmo, pois o pecado de um pode corromper a todos. Por isso, a única saída é construir um mundo do qual o pecado tenha sido erradicado – inclusive pela força, se a alternativa for necessária. Não só o pecado em si, mas também as atitudes que lhe servem de adubo, vistas como típicas do Ocidente: a extravagância de costumes, o hedonismo, a riqueza inútil e ostentatória, as mulheres usando vestes que permitem entrever o corpo.

O fundamentalismo radical inocula nas mentes à procura de um porto seguro e confiável o sentimento da superioridade moral da cultura islâmica e o inconformismo com a inferioridade de seu poder. Dá aos

jovens vivendo em um mundo confuso, que se transforma, o sentimento de segurança, a certeza moral, um propósito bem definido. Vira um instrumento de afirmação. Confirma uma identidade. Torna-se um bem. Ao mesmo tempo, uma referência para a ação.

E vai buscar no Alcorão – que, afinal de contas, como outras escrituras religiosas, além de refletir o pensamento de um período que ficou longe no passado, é um livro ao qual não faltam, como observam os es-

pecialistas, ensinamentos contraditórios – a linguagem da violência inspirada em um conceito de guerra santa, da “jihad”, inflexível à mediação do relativismo histórico.

Por fim, uma ironia: a tecnologia ocidental vai dar ao fundamentalismo as armas que precisava para o ato terrorista do dia 11 de setembro. O arcaísmo fundamentalista não dispensa os instrumentos da modernidade ocidental que se propõe a destruir: os Boeings da American Air Lines, os sofisticados *softwares* para o treinamento dos pilotos de aviões, a

mídia, os modernos sistemas de comunicações que permitiram a Bin Laden preparar – é o que tudo indica – o ataque terrorista das cavernas do Afeganistão.

“A diferença [da guerra contra o terrorismo] em relação à Guerra do Golfo é que este conflito pode não acabar jamais. Pelo menos, não em nosso tempo de vida. Acho que é justo dizer que não há como traçar uma linha reta em direção à vitória. Existirão dias bons e dias ruins ao longo do caminho”

Dick Cheney

Vice-Presidente dos Estados Unidos

UMA DESCONTINUIDADE E DUAS LINHAS DE EVOLUÇÃO

Procurei delinear a natureza do ato terrorista do dia 11 de setembro a partir da

consideração de algumas de suas dimensões e das vertentes que me parecem mais significativas da matriz conjuntural de que ele se origina.

Se há algum ponto que, à guisa de conclusão, mereça ainda ser ressaltado, é o da caracterização do atentado como marco simbólico de uma ruptura, de uma descontinuidade na evolução do sistema internacional e – por que não? – na própria História; assim como o foram a explosão das bombas em Hiroshima e Nagasaki, ou a queda do Muro de Berlim.

São nebulosas as perspectivas que se abrem ao mundo a partir dessa descontinuidade na História.

As autoridades federais norte-americanas vêm insistentemente falando de uma guerra longa e diferente de todas as outras. O fato de ser diferente não é novidade. É inevitável que, entre outros fatores, a evolução da tecnologia e a variedade de objetivos políticos decorrente de cada situação histórica específica alterem a natureza e as formas da guerra.

No que se refere à sua duração, a questão já é mais delicada. Com relação a esse ponto, retive, entre várias outras, uma declaração do Vice-Presidente Dick Cheney. Diz o Vice-Presidente:

“A diferença [da guerra contra o terrorismo] em relação à Guerra do Golfo é que este conflito pode não acabar jamais. Pelo menos, não em nosso tempo de vida. Acho que é justo dizer que não há como traçar uma linha reta em direção à vitória. Existirão dias bons e dias ruins ao longo do caminho”.

É difícil discernir com exatidão os contornos desse caminho, dessa linha que não

é reta e que não vai levar à vitória em nosso tempo de vida, talvez não leve jamais. É claro que a afirmação pode ter sido exagerada com vistas, embora eu não veja sentido nisso, à obtenção de efeitos políticos e psicológicos.

Mas se ela reflete efetivamente a realidade, se decorre de avaliações fundamentadas, estaria o vice-presidente americano querendo dizer que não haverá mais distinção entre a paz e a guerra; que, de agora em diante, deixará de existir uma diferença entre esses dois estados? A guerra deixará de ser “a continuação da política com a introdução de meios violentos” e se torna-

rá a própria essência dominante e permanente da política?

O ato terrorista do dia 11 de setembro constitui uma encruzilhada na História, e, como toda encruzilhada, dele se bifurcam duas possíveis linhas gerais de evolução, que, naturalmente, admitem, na prática, diferentes variações. Diga-

mos, até, que têm um viés conceitual.

A primeira linha se define pelo advento de um estado de guerra intermitente, de uma era de instabilidade mundial. Depois da era do equilíbrio pelo terror, estaríamos entrando em uma nova era de desequilíbrios, em um estado de violência endêmica, uma violência que não se deixaria mitigar pela política, que, de um lado e do outro, não pouparia os inocentes.

Estariamos começando a viver um conflito caracterizado pela mistura do ambiente de guerra civil com a diplomacia envolvendo Estados – a “guerra civil transnacional” de que nos fala um professor da Sorbonne, Charles Zorgbibe.

O sucesso em termos militares, com a morte ou a prisão de Bin Laden e mesmo o desmonte da rede terrorista da Al-Qaeda, seria uma vitória na batalha, e não uma vitória definitiva

Ou, usando a expressão cunhada por Thérèse Delpech, estaríamos diante de uma daquelas “guerras sem fim”, como as do Oriente Médio ou no território da antiga Iugoslávia, mas, agora, uma guerra de maiores proporções e, talvez, em escala planetária.

A outra linha de evolução corresponderia a uma progressiva neutralização do terrorismo. Digo neutralização porque não penso que sua imediata eliminação seja exequível. O sucesso em termos militares, com a morte ou a prisão de Bin Laden e mesmo o desmonte da rede terrorista da Al-Qaeda, seria uma vitória na batalha, e não uma vitória definitiva.

Essa neutralização exigiria o isolamento, o corte do combustível representado

pelas frustrações culturais e sociais do ambiente que o terrorista respira. Isso, é evidente, só teria condições de realizar-se dentro de uma perspectiva renovadora das relações entre as nações, de um novo sistema mundial baseado na aceitação da diversidade cultural, da convivência entre modos de vida diferentes, do multilateralismo político, da necessidade de redução das disparidades de riqueza entre as nações.

Infelizmente, para ser realista, essa segunda linha de evolução me parece mais difícil de ocorrer. Mas não custa nada “torcer”. Afinal de contas, como ensina a palavra em chinês, toda crise traz em seu bojo uma oportunidade.

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<GUERRA> / Terrorismo /; O ataque de 11 de setembro;

**Sábio é aquele que encontra
motivos para fazer de cada dia
uma ocasião especial.**

AOS NOSSOS COLABORADORES

Solicitamos aos nossos colaboradores, mais uma vez, que, ao nos enviarem seus trabalhos para publicação, incluam um resumo (*abstract*) de 10 a 20 linhas, descrevendo o propósito do artigo e indicando as áreas que foram abordadas na discussão de seu posicionamento, o qual deverá estar claramente subentendido no título do trabalho.

Este procedimento tem o propósito de facilitar a pesquisa dos nossos historiadores do futuro ao procurarem dados para seus trabalhos nos artigos da *Revista Marítima Brasileira*.

Atenciosamente,

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA